



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 323/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10793/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Carauari.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. José Edinázio Felinto Cândido, Presidente da Câmara Municipal de Carauari e Ordenador de Despesa, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 018/2016 (fls. 199/221).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1541/2016–MPC–EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 222/224).

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Carauari. Exercício de 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Multas. Recomendações à Origem. Determinação à Comissão de Inspeção. Ciência. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Á UNANIMIDADE:

9.1.1 - JULGAR REGULAR COM RESSALVAS a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Carauari, de responsabilidade do Sr. **José Edinázio Felinto Cândido**, Presidente e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2014, nos termos do art. 22, II da Lei nº 2.423/1996 e artigo 188, § 1º, II, da Resolução TCE nº 04/2002;

9.1.2 - MULTAR o Sr. José Edinázio Felinto Cândido, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Carauari, exercício de 2014, no valor de R\$ **1.096,03** (mil e noventa e seis reais e três centavos), consoante art. 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, em virtude do atraso na remessa do relatório de gestão fiscal do 2º semestre;

9.1.3 - RECOMENDAR ao órgão de origem, nos termos do art. 188, § 2º, I, da Resolução TCE nº 04/2002, para:



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 323/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

GEFIS; **a) Enviar** tempestivamente a documentação integralmente pelo sistema

b) Regular os valores apresentados em Créditos em Circulação;

c) Regular o saldo para o próximo exercício em “Valores Restituíveis”, no montante de R\$ **31.209,74** (trinta e um mil duzentos e nove reais e setenta e quatro centavos);

d) Regular o saldo para o próximo exercício referente as contas de “salário família e de valores a regularizar”, no total de R\$ **6.481,64** (seis mil quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos);

e) Manter atualizado o sitio eletrônico referente ao Portal da Transparência;

f) Estabelecer instalações físicas para a realização do Serviço de Informação ao Cidadão;

g) Manter atualizadas as fichas financeiras dos seus servidores;

h) Instituir no âmbito de sua estrutura organizacional setor competente para a realização do controle interno da unidade;

i) Realizar concurso público para provimento de cargo de Procurador e para compor o quadro de servidores da Câmara Municipal de Carauari.

9.1.4 - DETERMINAR à Comissão de Inspeção do exercício vindouro que verifique o cumprimento destas recomendações;

9.1.5 - DAR ciência deste Decisório ao Sr. José Edinázio Felinto Cândido, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Carauari, exercício de 2014;

9.1.6 - ARQUIVAR os autos, nos termos regimentais.

9.2- POR MAIORIA, MULTAR o Sr. José Edinázio Felinto Cândido, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Carauari, exercício de 2014, no valor de R\$ **1.096,03** (mil e noventa e seis reais e três centavos), consoante art. 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, pelo atraso na remessa do balanço orçamentário e patrimonial.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa por atraso na remessa do balanço orçamentário e patrimonial.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 323/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 12 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral